

OCAS: EXISTIMOS, SIM! O NOSSO FUTURO DEPENDE DO NOSSO PASSADO.¹

Farney Tourinho de Souza²

Breve história do município amazonense de São Paulo de Olivença

Em 1689, o missionário Samuel Fritz, da Companhia de Jesus, a serviço do governo espanhol, fundou várias missões no Rio Solimões, entre elas as de São Paulo Apóstolo (depois São Paulo dos Cambebas, hoje São Paulo de Olivença) e São Cristóvão (mais tarde Enviratiba, Castro de Avelão e, atualmente, Amaturá). Não desejando o Governo Português que continuasse a catequese no Rio Solimões a ser feita pelos missionários dependentes do Governo Espanhol, determinou em 1691 que fossem expulsos da região aqueles religiosos. A expulsão, entretanto, não se processou logo. É que os ditos religiosos relutaram em permanecer no Rio Solimões. Em 1708, o governo do Grão-Pará enviou “uma tropa sob o comando do Capitão Inácio Corrêa de Oliveira, para fazer evacuar as ditas aldeias”.

Era, então, o responsável por essas aldeias o padre João Batista Lana, que fingiu obedecer a ordem de retirar-se e seguiu para Quito, onde obteve “uma força armada com que desceu o Rio Maranhão e o Solimões, investindo contra as aldeias, cometendo toda a sorte de depredações, aprisionando o comandante e muitos soldados da tropa inimiga”. Vale destacar que obras como “O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica” (1996), de Antônio Porro, assinalam o protagonismo dos povos indígenas em complexas redes de alianças e trocas comerciais, anteriores a esses processos de colonização, que formavam coletividades sempre lembradas pelas suas formas de resistência às investidas portuguesas e espanholas.

Outra expedição foi então enviada para o Rio Solimões pelo Governo do Grão-Pará, que dera o comando da mesma ao “experimentado sargento José Antunes da Fonseca” que vingou então a derrota sofrida por Correia de Oliveira e pôs em liberdade os prisioneiros. Com a transferência das aldeias de São Paulo Apóstolo e São Cristóvão para os cuidados dos missionários portugueses, as denominações das mesmas foram mudadas, respectivamente, para São Paulo dos Cambebas e Castro de Avelão.

¹ Texto adaptado da publicação da Associação Omágua Kambeba do Rio Solimões, registrada no 2º Tabelionato de Manaus (AM), em 12/09/2005.

² Coordenador do Movimento de retomada das identidades Omágua Kambeba do Rio Solimões. Graduado em Logística e com trajetória de luta pelos direitos sociais das comunidades originárias, através de mobilizações de organizações da sociedade civil.

A missão de São Paulo dos Cambebas teve seu primeiro assentamento na margem austral do Rio Solimões, em frente à Ilha Tauarú, três léguas abaixo da Vila do Javari, onde habitavam os Cambebas e os Ticunas. Depois, veio estabelecer-se mais à jusante, na mesma margem, meia légua acima do Riacho Pacuti. Desse local passou para a margem sul, onde se incorporou à aldeia de São Paulo, fundada abaixo do Igarapé Camatiã.

Dentre os habitantes primitivos da região, destacam-se os Omáguas ou Cambebas, os Juris, os Passes, os Xomanas, os Caivicenas, os Tarianos, os Uairacus, os Maiorunas, os Tucanos e os Ticunas. “Os Cambebas de Akan Pebas eram também chamados de “Cabeças Chatas”, pelo costume que tinham de comprimir a cabeça das crianças com “tabuinhas” que apertavam por meio de ligas, a tal ponto que elas, ao crescerem, ficavam com o crânio chato, a modo de mitra.

Os Cambebas eram selvagens, bravos, terríveis, decepavam a cabeça dos inimigos e penduravam-na em estacas nas suas cabanas, como se fosse troféu de guerra. Adornavam-se nos festins e cerimônias com vários colares. Jogavam com extrema destreza a zarabatana e as lanças. Nas pelepas defendiam-se com broquéis de folhas de cana-brava. Dado ao cultivo do algodão, fabricavam redes e outras peças do seu traje com fios dessa planta. As mulheres preparavam a rude indumentária –uns camisolões abertos dos lados e nas mangas. Portanto, CAMBEBA ou CAMBEVA – do tupi / A’kag = (cabeça) + pewa = (chata) – cabeça chata, era o apelido do povo Omágua.

Historicamente tínhamos, então, as seguintes denominações no território:

- 1 – São Paulo Apóstolo – em homenagem ao Apóstolo Paulo;
- 2 – São Paulo dos Cambebas – denominação dada pelo missionário Jesuíta (Samuel Fritz), com referência aos nativos Omáguas ou Cambebas;
- 3 – São Paulo de Olivença – denominação dada pelo Coronel Joaquim de Melo e Póvoas em 1759, em homenagem a então cidade portuguesa de Olivença, que hoje é espanhola (relatado na obra “Topônimos Amazonenses” escrita por Otaviano de Melo).

Para domínio popular, Olivença está relacionada com a borboleta azul celeste, que existe nas cercanias da cidade. Entretanto, para Arthur César Ferreira Reis, através da “História do Amazonas”, consta que: “a Capital pela Carta Régia devia ter o título de Vila. Mendonça Furtado elevou Mariuá a essa categoria em 06 de março de 1758, dando-lhe o nome de Barcelos, em cumprimento ao programa que traçara de renomear todas as povoações da Amazônia, socorrendo-se dos nomes das Vilas da Casa dos Braganças”.

Melo e Póvoas, em visita ao interior, conforme instruções de Mendonça Furtado, constatou urgência em elevar à condição de Vilas as aldeias de Jaú, Caboquena, Aricari, Cumarú, Dary, Coari, Parauary, Cayçara, Taracuteau e Enviratiba, que estavam situadas no Rio Solimões, baixo Amazonas e Rio Negro, alusitando-lhes os nomes para Serpa, Silves, Tefé, São Paulo de Olivença, Ayrão, Moreira, Carvoeiro, Poyanes, Lamalonga, Avelos, Nogueira, Alvarães, Fonte Boa e Castro de Avelão.

A Organização dos Cambebas do Alto Solimões (OCAS)

A partir da interpretação histórica da seção anterior, que envolveu pesquisas bibliográficas e escuta atenta dos relatos dos parentes, sabemos que o povo Indígena Cambeba dominava as várzeas do Alto Amazonas, quando os europeus aqui chegaram durante o século XVII. No entanto, com o processo da implantação do Diretório dos Índios (1758) e também com as Reformas Pombalinas, muitos dos valores culturais e patrimônios imateriais como as línguas originárias, por exemplo, adormeceram com o passar dos tempos, ou foram incorporados aos dos outros povos. No entanto, os relatos supracitados a respeito do período da ocupação ibérica na Amazônia nos dão conta da diversidade étnica na região, assim como, devido à existência da imensa malha hidrográfica, as nossas populações foram e continuam sendo chamadas de ribeirinhas.



A Parenta Noêmia Rabelo (É Saudade), fazendo Pajauru, bebida fermentada confeccionada a partir do beiju da mandioca brava.

Por anos, historiadores, antropólogos, etnólogos, dentre outros, pregaram o etnocentrismo, como forma de promover o etnocídio. Essa atitude precisa ser mudada, através de debates, palestras, encontros e demais formas de manifestações que promovam a revitalização da identidade cultural das populações que foram consideradas extintas, entretanto, continuam existindo no íntimo de cada um.



Sítio Arqueológico Santa Terezinha, no Morro do Areal, que forma parte do Patrimônio Material do povo Omágua Kambeba no município paulivense.

No dia 4 de Agosto de 2001, na Colônia São Sebastião, e no dia 5, em uma das salas da Escola Estadual Nossa Senhora da Assunção na sede do município de São Paulo de Olivença, realizamos reuniões com o objetivo de promovermos a mobilização e o autorreconhecimento dos povos considerados extintos. Nessas reuniões, contamos sempre com a participação de lideranças indígenas, tais como: Pedro Mendes Gabriel, Paulo Honorato Mendes, Ismael Adércio Costódio, líderes do povo Ticuna; Cristóvão Macedo Moçambite (é saudade), Fidelis Moçambite Castro, todos líderes do povo Cocama; Onofre Antônio Penaforth de Souza, Valdiza Comapa Adrião, Diomar Garcia da Silva, do povo Caixana; Roberta Amorim, Amâncio Pinto, Joaquim Dário da Silva (fizeram passagem), do povo Cambeba, assim como demais parentes interessados no tema.



Da esquerda para a direita: Amâncio Pinto (É Saudade) era o nosso Cacique. Selma Rabelo. Esposo da Parenta Selma. Raimundo Peres. Em preparação para a Dança do Mandu-sarará.

A Organização dos Cambebas do Alto Solimões – OCAS surge no dia 20 de Outubro de 2002, com a missão de promover o bem-estar social, político, econômico, cultura e dos direitos humanos do povo Omágua ou Cambeba, seus descendentes, demais etnias, em particular as reemergentes, em processo de etnogênese, localizadas nas diversas áreas ribeirinhas do Alto Solimões.



Parentes durante o Curso “Agente Ambiental Voluntário Indígena”, em 2007.

Realizamos nos dias 25 e 26 de Outubro de 2004, em São Paulo de Olivença o 1º Workshop de Meio Ambiente do Alto Solimões cujo tema foi “Água: Conservar Para Não Faltar”, como também a revitalização do Mandu-Sarará, constatando a beleza da Cultura Cambeba e repassando-a para gerações mais jovens. Na realização de todo esse processo de reconhecimento da etnia Cambeba no Alto Solimões, pudemos contar com o imperioso apoio

do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas - PDPI, através do Componente Fortalecimento Institucional - Articulação do Movimento Indígena. No dia 23 de Maio de 2005 - eu, Farney Tourinho de Souza – Presidente da Organização dos Cambebas do Alto Solimões, representando a etnia Cambeba, viajei a Brasília-DF, permanecendo até o dia 28 do mesmo mês, com o objetivo de manter contato com Instituições do Governo Federal.



Os parentes Amâncio Pinto (é Saudade), Rosilene Arcanjo, Raimundo Peres da Silva, Ademir Balieiro, dançando o Mandu-Sarará em São Paulo de Olivença/AM.

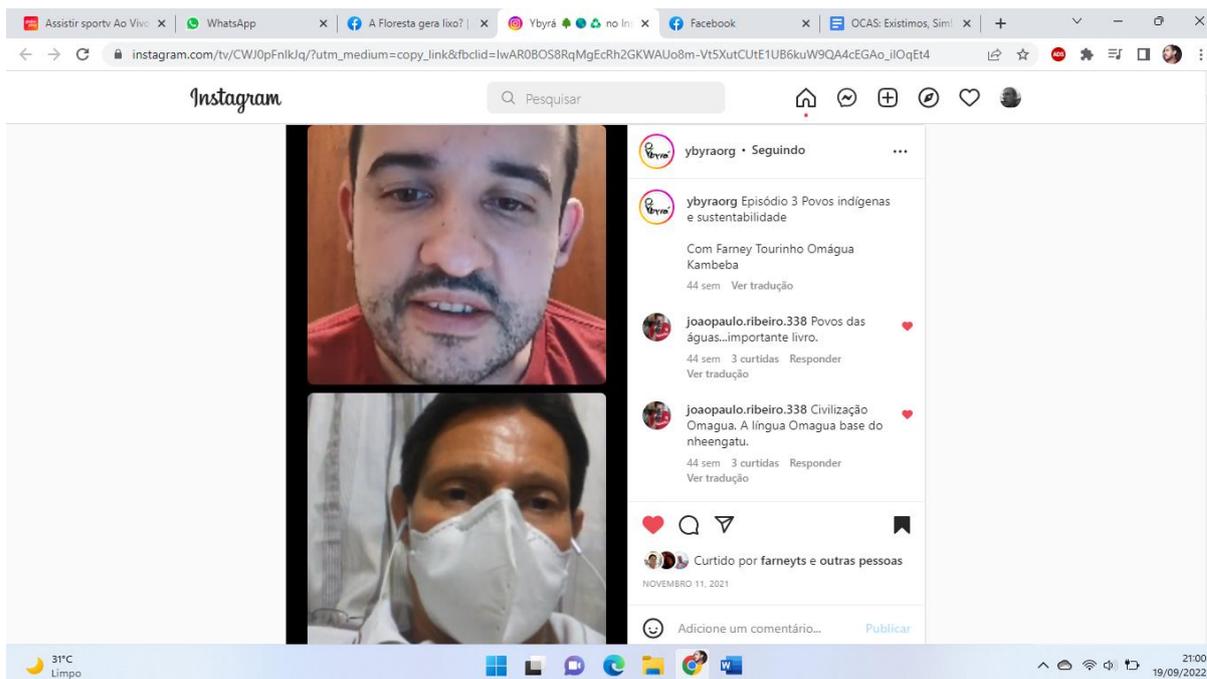
Entretanto, falta a sensibilidade dos organismos governamentais para reconhecer de fato os povos que o tempo esqueceu e que as instituições oficiais insistem em não os reconhecer, pois o “Brasil não conhece o Brasil”, sendo que o país continua de costas para a Amazônia, que muito contribuiu e continua contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. A articulação dos povos indígenas com organizações dos três setores da economia visando a reeducação da população como um todo, através da realização de cursos, eventos e oficinas que envolvam

projetos socioambientais poderá ser um caminho para uma maior sensibilização dos cidadãos perante a diversidade de saberes dos povos originários.



Minha participação junto da parenta Baniwa, Eliane Guilherme, no minicurso promovido pela Ybyrá Organização em parceria com a Escola Politécnica da USP

De modo propositivo, temos defendido que se façam cidades mais democráticas e inovadoras com uma abertura maior a essa diversidade em todas as esferas urbanas. Nesse sentido, além do aumento das associações indígenas, temos participado ativamente de empresas públicas e privadas, escolas e universidades, com destaque para publicações de pesquisas realizadas nestas últimas. Alguns exemplos recentes a serem mencionados são Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade, da escritora Márcia Wayna Kambeba, assim como quando marcamos presença em 2021 no Minicurso online “*A floresta gera lixo?*”, contemplado no Edital USP Cidades Inteligentes, e na série de lives “*Como você se forma floresta?*” no Instagram.



Live “Povos indígenas e sustentabilidade”, também realizada no formato remoto por conta da pandemia da covid-19, com minha presença e a do pesquisador Antônio Fernandes Góes Neto.

Referências Bibliográficas

KAMBEBA, M. W. Ay **Kakyri Tama**: eu moro na cidade. Editora Jandaíra, 2021.

MELLO, O., & Reis, A. C. F. **Topônimos amazonenses**: nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação. Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1967.

PORRO, A. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. EdUSP, 1996.